

Apreciação Global

1 A análise da execução orçamental do primeiro quadrimestre de 2011 é dificultada por um conjunto de factores que influenciam as comparações homólogas referentes à receita e à despesa, tais como: a aplicação do regime duodecimal nos primeiros quatro meses de 2010; a subida da tributação; a antecipação de consumo no final de 2010; e a alteração metodológica de introdução da contribuição patronal para a ADSE.

Tabela 1. Execução Orçamental da Administração Central e da Segurança Social

Subsector	M€		Var. Homóloga		Por memória Taxa cresc. OE/2011 %	
	2010	2011	M€	%		
Administração Central						
Estado	Receita Efectiva	9 592,7	11 265,8	1 673,1	17,4	6,0
	Despesa Efectiva	14 230,3	13 804,9	-425,4	-3,0	-2,6
	Saldo	-4 637,6	-2 539,1	2 098,5	:	:
SFA	Receita Efectiva	7 107,4	7 495,9	388,5	5,5	-6,0
	Despesa Efectiva	6 297,7	6 505,0	207,3	3,3	-1,3
	Saldo	809,8	991,0	181,2	:	:
Saldo da Administração Central	-3 827,9	-1 548,2	2 279,7	:	:	:
Segurança Social						
S. Social	Receita Efectiva	7 452,5	7 632,5	180,0	2,4	0,9
	Despesa Efectiva	6 976,4	6 906,1	-70,3	-1,0	1,1
	Saldo	476,1	726,4	250,3	:	:
Saldo da Adm. Central + Seg. Social	-3 351,8	-821,8	2 530,0	:	:	:
Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT	-3 351,8	-1 121,7	2 230,1	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. Nota: SFA – Serviços e Fundos Autónomos.

2 No período de Janeiro a Abril de 2011, o défice global apurado na óptica da contabilidade pública para o conjunto da Administração Central e da Segurança Social cifrou-se em 821,8 M€, o que representa uma melhoria de 2530 M€ face ao período homólogo (contudo, esta melhoria seria de 2230 M€, caso se excluísse o efeito da transferência dos fundos de pensões da PT, no corrente ano, no montante de 299,9 M€, para a CGA).

3 Assinale-se que todos os subsectores daquele agregado apresentaram melhorias nos seus saldos, em particular o subsector dos Serviços Integrados (convém, todavia, notar que, caso não fosse considerado o já referido efeito da transferência de fundos de pensões da PT, no subsector dos SFA registar-se-ia uma variação homóloga negativa no correspondente saldo em 119 M€).

Serviços Integrados

4 Os Serviços Integrados (SI) registaram, no período de Janeiro a Abril de 2011, um défice global de 2539 M€, o que representa uma melhoria de 2099 M€ em termos homólogos, alicerçada essencialmente na evolução da receita efectiva deste subsector, a qual explica 80% dessa melhoria.

5 De notar que, caso fosse corrigido o efeito de base, resultante da aplicação do orçamento em duodécimos nos primeiros quatro meses de 2010, nomeadamente por se registarem menores transferências do OE para outros subsectores das Administrações Públicas, em 2010 (no montante de 424,1 M€), o saldo global deste subsector registaria, no período em análise, uma melhoria de 2523 M€ (ao invés dos referidos 2098 M€). Este ajustamento não tem impacto no saldo do conjunto da Administração Central e Segurança Social.

6 A receita efectiva deste subsector cresceu 17,4% face ao período homólogo de 2010, encontrando-se 11,5 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (6%). Esta melhoria encontra-se sustentada essencialmente na evolução da receita fiscal (com especial destaque para o IVA, IRS e IRC) e, em menor grau, na receita não fiscal, com contributos de 15,2 e 2,2 p.p., respectivamente.

7 Convém salientar que, em resultado do diferimento da data limite de entrega das declarações de IRS via *internet*, referentes a 2010, se registou um menor pagamento de reembolsos do que o verificado no primeiro quadrimestre de 2010, o que influenciou a receita líquida do IRS nos primeiros meses do ano de 2011 (anulando este efeito, a receita de IRS teria crescido 7,7% ao invés de 30,7%, e a receita efectiva teria aumentado 12,2% ao invés de 17,4%).

8 A evolução positiva da receita fiscal advém de um conjunto de factores, os quais se encontram elencados na análise da execução orçamental relativa ao primeiro trimestre de 2011, parcialmente referidos no ponto 1 desta Nota.

Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	9.423,8	11.052,3	17,3	17,0	5,3
Receitas fiscais	8.675,0	10.135,3	16,8	15,2	3,6
Impostos Directos - dos quais:	2.744,0	3.658,5	33,3	9,5	1,3
IRS	2.197,2	2.870,8	30,7	7,0	6,9
IRC	543,6	736,9	35,6	2,0	-8,9
Impostos Indirectos - dos quais:	5.931,0	6.476,8	9,2	5,7	5,3
IVA	3.697,2	4.442,3	20,2	7,8	-0,7
I. Tabaco	520,8	356,7	-31,5	-1,7	-5,5
Receitas correntes não fiscais	748,8	917,0	22,5	1,8	22,3
2. Receita de Capital	168,9	213,5	26,4	0,5	35,0
3. Receita Efectiva (1+2)	9.592,7	11.265,8	17,4	17,4	6,0
4. Despesa Corrente Primária - da qual:	12.491,2	12.198,9	-2,3	-2,1	-6,9
Despesas com o pessoal - das quais	3.204,9	2.983,7	-6,9	-1,6	-15,5
Remunerações Certas e Perman.	2.453,8	2.298,7	-6,3	-1,1	-10,6
Aquisição bens e serviços correntes	296,6	433,4	46,1	1,0	34,2
Transferências correntes	8.722,7	8.533,6	-2,2	-1,3	-7,3
Subsídios	114,8	77,7	-32,3	-0,3	-10,9
5. Despesa de Capital	800,2	793,3	-0,9	0,0	5,3
6. Despesa Primária (4+5)	13.291,5	12.992,2	-2,3	-2,1	-5,8
7. Juros e outros encargos	938,9	812,7	-13,4	-0,9	26,7
8. Despesa Efectiva (6+7)	14.230,3	13.804,9	-3,0	-3,0	-2,6
9. Saldo Primário (3-6)	-3.698,8	-1.726,4	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-4.637,6	-2.539,1	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

9 A despesa efectiva dos SI registou uma diminuição de 3% face ao período homólogo de 2010, o que representa uma redução superior em 0,4 p.p. face ao objectivo implícito no OE/2011 (-2,6%). Para esta redução contribuíram a despesa corrente primária em 2,1 p.p. e os juros em 0,9 p.p..

10 A despesa corrente primária, ainda que em termos homólogos registre uma redução de 2,3%, apresenta um desvio de 4,6 p.p. face ao objectivo implícito do OE/2011 (-6,9%), sendo a sua evolução sobretudo explicada pelos principais agrupamentos:

– “Despesas com pessoal”, com uma redução de 6,9% (com um contributo de 1,6 p.p. para a redução da despesa efectiva dos SI), encontrando-se abaixo do objectivo implícito do OE/2011 (-15,5%). Excluindo o efeito da alteração metodológica da introdução da contribuição patronal para a ADSE, a qual afecta a

componente "Segurança Social", as despesas com pessoal registariam uma quebra de apenas 0,1% (ao invés de 6,9%), por contrapartida de uma melhoria na rubrica "aquisição de bens e serviços correntes" (que apresentaria uma redução de 15,9%), embora sem efeitos na despesa efectiva total.

- "Transferências correntes", onde se registou uma redução de 2,2% (com um contributo de 1,3 p.p. para a redução da despesa efectiva dos SI), sobretudo por via de menores transferências para a Segurança Social (-0,7 p.p.) e para a Administração Central (-0,3 p.p.). Todavia, corrigindo referido efeito de base resultante do regime duodecimal nos primeiros quatro meses de 2010, a redução desta rubrica seria de 6,7% (ao invés de 2,2%, aliás próxima do objectivo do OE/2011, que é de uma redução de 7,3%) e a despesa efectiva reduzir-se-ia 5,8% (ao invés de uma quebra de 3%).

11 A despesa com juros e outros encargos, evidencia uma redução homóloga de 13,4%, divergindo da taxa de crescimento implícita no OE/2011 (26,7%). Este comportamento é influenciado não só pelo perfil de emissões já existentes, que implica a concentração dos encargos no mês de Junho (o perfil pode ser consultado na nota mensal da UTAO sobre a dívida pública Informação Técnica n.º 9/2011), mas também pela utilização de swaps de taxa de juro, que podem influenciar quer o montante, quer a distribuição mensal dos juros a pagar. Caso os juros fossem pagos de forma regular ao longo do ano, a despesa efectiva registaria, em Abril, um crescimento homólogo de 1% (ao invés de uma redução de 3%).

12 As despesas de capital evidenciam uma redução de 0,9% face ao período homólogo de 2010, encontrando-se abaixo da taxa de crescimento implícita no OE/2011 (5,3%).

13 A análise do grau de execução da despesa efectiva, revela no primeiro quadrimestre do ano uma taxa de execução inferior ao padrão médio de execução (1,4 p.p.) dos últimos 4 anos, em resultado da baixa execução da dotação dos juros e da despesa de capital (esta influenciada pela dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície já pago em 2010). Contudo, a despesa corrente primária continua a apresentar um grau de execução superior ao padrão médio, conforme já notado pela UTAO na análise de execução orçamental do 1.º trimestre.

Tabela 3 – Desvio relativo ao Padrão Médio de execução (p.p.)

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11
Despesa Efectiva	0,4	-0,3	-0,9	-1,4
1. Despesa Corrente Primária	1,0	0,7	0,5	0,8
Despesa Pessoal	1,2	1,2	1,3	2,2
Remun. Certas e Permanentes	0,6	0,8	0,9	1,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,6	0,5	-0,1	0,1
Segurança Social	4,7	4,5	4,5	6,9
Aq. Bens e Serviços	0,8	2,4	4,2	5,2
Trf. Correntes	0,9	0,2	0,3	-0,1
Subsídios	0,3	0,7	0,4	1,8
Outra desp. Corrente	-1,0	-2,1	-8,9	-10,6
2. Despesa de Capital	-1,3	-2,8	-4,3	-6,2
3. Juros	-1,6	-3,1	-5,5	-10,1

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

14 Efectivamente, o grau de execução da despesa corrente primária até Abril encontra-se 0,8 p.p acima do padrão médio de execução nos últimos 4 anos, o que, a persistir, constituiria um risco para a execução do OE/2011. Este desvio resulta de uma execução acima do padrão médio da despesa com a aquisição de bens e

serviços (5,2 p.p. acima do padrão médio) e da despesa com pessoal (2,2 p.p. acima).

Encargos Assumidos e Não Pagos

15 De acordo com os cálculos da UTAO, baseados na informação provisória disponível, no 1.º quadrimestre de 2011 a despesa do Estado aproximada à contabilidade nacional ascendeu a 14 147,2 M€. Este valor resulta de se adicionar o aumento verificado na despesa realizada mas ainda não paga ocorrida desde o início do ano até Abril (342,2M€) à despesa efectiva registada na óptica de caixa (13 804,9 M€) para esse mesmo período. Contudo, devido ao facto da informação de base, respeitante ao período homólogo de 2010, ter sido apurada apenas numa base trimestral, não é possível apresentar mensalmente uma actualização da taxa de variação homóloga da despesa do Estado aproximada à óptica de compromissos. Recorde-se que, para o 1.º trimestre do ano, a UTAO determinou uma taxa de redução homóloga da despesa aproximada à contabilidade nacional de 1,6%, inferior em 2 p.p. ao obtido na óptica de pagamentos. Essa diferença reflectia um aumento homólogo de 205,9 M€ da despesa por pagar [decorrente da diferença entre o acréscimo de despesa realizada mas ainda não paga apurada no 1.º trimestre de 2011 (360,3 M€) e o verificado em igual período de 2010 (154,4 M€)].

16 Em Abril verificou-se uma redução de 30,9 M€ dos encargos assumidos e não pagos face ao mês anterior. Esta despesa realizada mas ainda não paga registou desde o início do ano até Abril, um aumento de 342,2 M€, correspondendo a parte mais expressiva desse acréscimo a despesa corrente primária, sobretudo despesas com pessoal (com destaque para os encargos com saúde), aquisição de bens e serviços, e transferências correntes para subsectores que não integram as administrações públicas (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Variação de Encargos Assumidos e Não Pagos acumulados desde o início do ano (em M€)

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11
Despesa Corrente Primária ANP	142,1	238,2	333,2	262,5
Despesa com Pessoal	-1,5	72,1	104,6	107,7
dq. Rem. Certas e Perm.	-2,8	11,9	35,3	35,7
Seg. Social das quais :	1,2	59,5	68,0	70,1
Encargos com Saúde	5,3	46,8	51,2	56,7
Contrib. de Seg. Social	-4,1	12,7	12,6	11,4
Aq. de Bens e Serviços	15,8	38,6	91,2	71,3
Transf. Correntes	124,5	123,3	132,1	77,6
Para Adm. Públicas	9,7	4,9	19,7	18,6
Para fora das Adm. Públicas	114,8	118,3	112,4	59,1
Outra despesa Corr. primária	3,3	4,2	5,3	5,9
Despesa de Capital ANP	-3,2	11,3	39,6	79,2
Aq. de Bens de Capital	-9,7	2,7	8,9	52,3
Transf. Capital	6,5	8,6	30,7	26,9
Para Adm. Públicas	6,4	6,6	3,8	3,4
Para fora das Adm. Públicas	0,2	2,1	26,9	23,5
Juros	0,0	0,0	0,3	0,5
Despesa Efectiva ANP	138,8	249,5	373,1	342,2
Var. Homóloga da Desp. Efectiva ANP	n.d.	n.d.	205,9	n.d.
Por memória				
Stock de Enc. Assum. e Não Pagos*	382,2	492,8	616,4	585,6

Fonte: DGO, Sistema aplicacional SIGO. | Nota: ANP designa "assumidos e não pagos". A tabela apresenta a variação de Encargos Assumidos e Não Pagos (despesa realizada mas ainda não paga), desde o início do ano para um conjunto de 320 Serviços Integrados, correspondendo a uma taxa cobertura de 91% do universo total. Esta informação incorpora os dados de mais 38 serviços face ao universo coincidente utilizado na análise da execução do 1.º trimestre do ano (equivalente a mais 12,8 M€), a qual tinha apurada para aquele período um acréscimo de 360,3 M€. Para uma leitura mais aprofundada deste conceito, ver Caixa n.º 2, Parecer Técnico da UTAO n.º 5/2011.

* Os valores do stock de EANP representam a despesa que se encontra por pagar no final de cada mês, independentemente da mesma ter sido realizada no presente ano ou em anos anteriores. Para efeitos de especialização do exercício, metodologia utilizada na óptica da contabilidade nacional, o que releva é a despesa realizada no ano, a qual compreende a despesa já paga e a despesa assumida no próprio ano que se encontra por pagar. Esta última corresponde à variação de encargos assumidos e não pagos verificada desde o início do ano.

Informação Técnica n.º 10/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Maio de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública.

Serviços e Fundos Autónomos

17 O subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) apresentou um excedente orçamental de 991 M€ no primeiro quadrimestre de 2011, melhorando em 181,2 M€ face ao período homólogo de 2010, em resultado do crescimento da despesa efectiva ter sido superado pelo da receita em 2,2 p.p.. No entanto, essa melhoria encontra-se influenciada por diversos factores, sendo possível quantificar os seguintes, com base na informação disponível:

- A PT Comunicações, S.A. já transferiu para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) cerca de 300 M€, de um total de 450 M€ definido para o corrente ano, nos termos Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro, ao qual acrescerão juros;

- Efeito base resultante de, nos primeiros quatro meses de 2010, ter vigorado um regime de duodécimos inferiores às dotações do OE/2010, com um impacto de 182,9 M€ ao nível da transferência corrente do OE para financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Tabela 5. Saldo global dos SFA ajustado

	Abr-10	Abr-11	Varição
Receita efectiva (1)	7 107,4	7 495,9	388,5
<i>Ajustamentos:</i>			
<i>Transf. corrente do OE para o SNS (2)</i>	<i>182,9</i>	<i>0,0</i>	<i>-182,9</i>
<i>Transf. de capital da PT para a CGA (3)</i>	<i>0,0</i>	<i>299,9</i>	<i>299,9</i>
Receita efectiva ajustada (4) = (1) + (2) - (3)	7 290,3	7 196,0	-94,3
Despesa efectiva (5)	6 297,7	6 505,0	207,3
Saldo global ajustado (4) - (5)	992,6	691,1	-301,6
<i>SNS ajustado de (2)</i>	<i>498,1</i>	<i>198,1</i>	<i>-300,0</i>
<i>CGA ajustado de (3)</i>	<i>32,3</i>	<i>-31,0</i>	<i>-63,4</i>
<i>Restantes SFA</i>	<i>462,2</i>	<i>524,0</i>	<i>61,8</i>

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

18 A variação do saldo global teria sido praticamente nula, caso no período homólogo a transferência do OE para o SNS tivesse sido efectuada com base na dotação aprovada no OE/2010, e seria negativa (-301,6 M€) se também não se tivesse ainda verificado a transferência da PT. Apenas o ajustamento relativo à transferência da PT tem impacto no saldo do conjunto da Administração Central e Segurança Social.

19 Saliente-se que existem ainda os seguintes factores, cujo impacto não foi possível quantificar:

- Efeito base resultante de, no período homólogo de 2010, a taxa de contribuição patronal para a CGA dos serviços da administração directa do Estado ter sido metade da actualmente vigente (15%);

- Ausência de reporte da execução orçamental por parte de um elevado número de organismos no período homólogo de 2010, bem como um reporte incompleto ao nível das despesas com o pessoal de alguns organismos naquele período (a DGO refere na última Síntese da Execução Orçamental que a variação de 12,4% neste agrupamento seria de -4,2%, considerando um universo comparável).

20 Em termos não ajustados, a receita efectiva aumentou 5,5% relativamente ao período homólogo (2,8% se considerarmos o referido ajustamento da transferência do OE para o SNS), o que compara favoravelmente com o decréscimo de 6% implícito do OE/2011, face à execução provisória de 2010. A rubrica "Outras transferências de capital" apresentou o

contributo mais expressivo (4,2 p.p.), devido à referida contribuição da PT a favor da CGA.

Tabela 6. Execução Orçamental dos SFA (valores não ajustados)

	Milhões de Euros		Tvha (%)	Contr. p/ Tvha (p.p.)		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente	6 825,0	6 892,7	1,0	1,0	-0,5	1,2
Taxas, multas e outras penalidades	335,5	398,1	18,7	0,9	0,0	n.d.
2. Receita de Capital	282,4	603,3	113,6	4,5	0,1	-54,9
Outras transferências de capital	9,4	304,9	3 135,4	4,2	:	n.d.
3. Receita Efectiva (1+2)	7 107,4	7 495,9	5,5	5,5	-0,5	-6,0
4. Despesa Corrente	6 064,4	6 244,6	3,0	2,9	0,9	-2,2
Despesas com o pessoal	652,1	733,2	12,4	1,3	0,7	6,7
Aquisição de bens e serviços	2 341,2	2 480,8	6,0	2,2	2,1	11,0
Outras transferências correntes	2 655,4	2 693,2	1,4	0,6	-0,1	n.d.
5. Despesa de Capital	233,3	260,4	11,6	0,4	0,5	15,9
Outras transferências de capital	146,7	184,5	25,8	0,6	0,2	n.d.
6. Despesa Efectiva (4+5)	6 297,7	6 505,0	3,3	3,3	1,3	-2,7
7. Saldo Global (3-6)	809,8	991,0	:	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

21 A despesa efectiva cresceu 3,3%, o que contrasta com a redução de 1,3% implícita no OE/2011. A despesa primária contribuiu com 2,9 p.p. para esse crescimento, dos quais 2,2 p.p. são justificados pelo aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços (6%).

22 Este agrupamento tem vindo a apresentar, desde o início do ano, um nível acumulado de despesa superior à média dos últimos três anos, podendo desta forma vir a colocar em causa o cumprimento da redução de 11% implícita no OE/2011, caso se mantenha o padrão médio de execução intra-anual dos últimos três anos. De acordo com a DGO, aquele aumento deveu-se à execução do SNS, na óptica da contabilidade pública, designadamente a "pagamentos por adiantamento no âmbito dos contratos-programa de serviços prestados pelos Hospitais, EPE e a pagamentos de despesas de anos anteriores pelas Administrações Regionais de Saúde". No entanto, a execução financeira consolidada do SNS apresentou, numa óptica de compromissos, um défice de 13,5 M€, correspondente a uma melhoria de 143,7 M€, para a qual, segundo a DGO, terá contribuído a redução dos encargos associados aos referidos contratos-programa.

Segurança Social

23 Até Abril, o excedente orçamental do subsector da Segurança Social situou-se em 726,4 M€, registando uma melhoria de 250,3 M€ face ao período homólogo.

24 Esta análise tem como termo de comparação homólogo a execução orçamental de Janeiro a Abril de 2010, realizada sob a vigência do regime duodecimal, com base no OE/2009. O OE/2010, que entrou em vigor a 1 de Maio, aprovou uma dotação superior relativa à transferência do OE para este subsector, no âmbito da respectiva Lei de Bases. De forma a permitir a comparabilidade com o período homólogo, o respectivo ajustamento apurado pela UTAO cifrou-se em 241,3 M€. Assim, a variação homóloga do saldo global ajustado da Segurança Social seria de 9 M€. Este ajustamento não tem impacto no saldo do conjunto da Administração Central e Segurança Social.

25 Em termos não ajustados, a receita efectiva cresceu 2,4% (mas diminuiria 0,8% se se considerasse o referido ajustamento), impulsionada principalmente pelas rubricas de "transferências do fundo social europeu" (contributo de 1,9 p.p.) e "contribuições e quotizações" (1,7 p.p.), parcialmente anulada pelo decréscimo das

transferências correntes da Administração Central no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (-1,2 p.p)..

26 A despesa corrente diminuiu 1,0%, sustentada na redução de algumas prestações sociais, nomeadamente:

- Subsídio familiar a crianças e jovens (- 30,0%);
- Subsídio de desemprego e apoio ao emprego (- 8,7%);
- Rendimento social de inserção (- 27,1%).

27 Embora, a despesa com prestações sociais tenha decrescido 1,1%, em resultado das medidas de consolidação orçamental adoptadas, salienta-se o crescimento verificado nas "pensões por velhice" em 4,8%, com impacto de 2,0 p.p. na evolução da despesa efectiva deste subsector.

28 A previsão do OE/2011 tem subjacente para a Segurança Social um crescimento da receita e despesa efectivas de 0,9% e 1,1%, respectivamente. Entre Janeiro e Abril de 2011, estes objectivos foram superadas em 1,5 p.p. ao nível da receita efectiva e em 2,1 p.p. ao nível da despesa efectiva. Contudo, no caso da receita, se considerarmos o ajustamento efectuado, o resultado alcançado (-0,8%) ficaria 1,7 p.p. aquém da previsão do OE/2011 (0,9%).

Tabela 7. Execução Orçamental da Segurança Social

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente - das quais:	7 452,0	7 630,0	2,4	2,4	0,8
Contribuições e quotizações	4 318,9	4 444,5	2,9	1,7	4,7
Transf. correntes da Ad. Central	2 388,2	2 293,2	-4,0	-1,3	-12,3
Transf. do Fundo Social Europeu	241,4	386,6	60,1	1,9	47,8
2. Receita de Capital	0,5	2,5	386,2	0,0	52,2
3. Receita Efectiva (1+2)	7 452,5	7 632,5	2,4	2,4	0,9
4. Despesa Corrente - da qual:	6 971,9	6 901,4	-1,0	-1,0	1,1
Prestações Sociais	6 271,5	6 203,7	-1,1	-1,0	-0,4
Pensões, das quais:	3 967,8	4 081,3	2,9	1,6	2,9
— Velhice	2 980,9	3 122,7	4,8	2,0	3,1
Sub. familiar a crianças e jovens	338,8	237,2	-30,0	-1,5	-23,9
Sub. desemprego e apoio ao emp.	769,8	702,9	-8,7	-1,0	-7,1
Complemento Solidário p/ Idosos	87,4	90,9	4,0	0,1	2,6
Rendimento Social de Inserção	189,5	138,2	-27,1	-0,7	-23,1
5. Despesa de Capital	4,5	4,7	3,4	0,0	35,2
6. Despesa Efectiva (4+5)	6 976,4	6 906,1	-1,0	-1,0	1,1
7. Saldo Global (3-6)	476,1	726,4	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Os documentos da UTAO encontram-se disponíveis em <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/5COF/Paginas/UTAO.aspx>